

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.678 - SP (2019/0015107-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : C M V
ADVOGADOS : EDUARDO HENRIQUE REZENDE DE CARVALHO GOMES -
SP186619
ANDRÉ CLEICEL ALVES FERNANDES RUIZ - SP236719
AGRAVADO : V B T
ADVOGADO : LUCIANO NOGUEIRA LUCAS - SP156651

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Apelação cível. Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável *post mortem* cc. Petição de Herança. Sentença de improcedência. Insurgência. Não acolhimento. Inexistência de elementos suficientes para comprovar a convivência *more uxorio*. Inteligência do art. 1.723 do Código Civil. Ausência de *affectio maritalis*. Namoro prolongado que não caracteriza união estável. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos (e-STJ, fls. 1095-1100).

Nas razões do especial, a parte recorrente alegou violação ao artigo 1723 do Código Civil, visando o reconhecimento/dissolução de união estável com seus direitos decorrentes.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 1105-1120) pugnando pelo não conhecimento do recurso.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaco que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei nº 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 2015, conforme dispõe o Enunciado Administrativo nº 3/2016 do Superior Tribunal de Justiça.

Nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.278/96, a qual regulou o § 3º do artigo 226 da Constituição Federal, “é reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de

constituição de família.”

Da análise do referido artigo, conclui-se que o reconhecimento da união estável depende da presença de requisitos objetivos, que são o relacionamento duradouro, contínuo e público, e de um requisito subjetivo, que é o objetivo de constituir família.

O artigo 1.723 do Código Civil, elenca os mesmos requisitos, senão vejamos:

“Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

Da leitura dos autos, verifico que o Tribunal, ao analisar as circunstâncias e o conjunto fático-probatório produzido, reputou descaracterizada a união estável, em que pese tenha reconhecido a existência de um relacionamento amoroso, nos seguintes termos (fls. 1067-1068 e 1069, e-STJ):

Dos próprios argumentos trazidos pela apelante, observa-se que ela se refere a uma futura e suposta convivência marital quando aduz que o varão adquiriu um imóvel que 'seria' destinado à moradia conjunta, que havia um esforço para constituir um núcleo familiar (fls. 1028/1029).

A apelada, por sua vez, alega que a compra do bem imóvel descrito no feito pelo falecido filho fazia parte de sua profissão, uma vez que os adquiria e reformava para revenda. E tal argumento foi corroborado através da prova oral colhida na origem.

De se anotar que a apelante somente passou a residir no endereço indicado nos autos após o falecimento do varão, uníssona a prova oral em apontar o relacionamento havido entre as partes como 'namoro' e não 'união estável', inexistente a coabitação ou 'comportamento de casados', não obstante as afirmativas de algumas testemunhas de que o relacionamento era firme e duradouro.

Imprescindível, no caso, estabelecer distinção entre os institutos da união estável e do namoro/noivado.

[...]

De se assinalar também que, da mesma forma que um relacionamento pode prolongar-se por muitos anos sendo apenas um namoro/noivado, em outras relações, em apenas poucos meses, já fica configurada a união estável.

No caso em análise, não há controvérsia acerca do relacionamento

que existiu entre a apelante e o de cujus. Ele era solteiro e residia em companhia da genitora idosa. Ela possuía filhos de outro relacionamento e com eles vivia. A recorrente freqüentava a família e eventos sociais, realizava viagens em companhia do falecido como muitos casais de namorados o fazem.

Todavia, não há comprovação da affectio maritalis, isto é, de que a apelante e o falecido Sr. S. estavam vivendo como marido e mulher, com amplo e irrestrito apoio moral e material entre eles.

Conclui-se, assim, que os documentos colacionados e a prova testemunhai não comprovam a existência de relacionamento que configurasse união estável, que houve affectio maritalis, ou aparência de casamento, na relação.

[...]

Sequer a dependência econômica ou a comunhão de vidas foi demonstrada no feito. As partes se relacionaram, de fato, por longos anos, mas como namorados, vivendo o varão com a própria genitora, enquanto a apelante vivia em companhia dos filhos.

Considerando, então, que a prova da convivência more uxorio há de ser extreme de dúvida, confirmada por fatos verossímeis de sua existência concreta e que, no presente caso, o que ficou demonstrado foi apenas um relacionamento de namoro prolongado, proponho a manutenção da r. decisão atacada que bem apreciou a questão posta em debate.

Nesse sentido, a alteração dessas conclusões estabelecidas no acórdão recorrido implicaria necessariamente o reexame fático-probatório, o que é vedado na via do recurso especial, em virtude do óbice contido na Súmula nº 7, desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. CONCLUSÃO DO JULGADO FUNDADO EM FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL NÃO ENSEJA RECURSO ESPECIAL - SÚMULA 126/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO GENÉRICA À LEI FEDERAL - DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO - SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Com base na análise fático-probatória da causa, o Tribunal valendo-se delas para concluir pela existência da união estável no

período compreendido entre o ano de 2002 e setembro de 2006, bem como pela partilha dos bens discriminados na sentença. Rever os fundamentos que ensejaram esse entendimento, o que pretende o recorrente, exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. O acórdão recorrido está assentado em fundamentos constitucionais e infraconstitucionais, cada um deles suficiente, por si só, para a manutenção do julgado, sendo certo que o recorrente não interpôs o recurso extraordinário - circunstância que conduz à inadmissão do recurso extremo, à luz da Súmula 126/STJ.

3. Não basta a simples indicação do número do recurso especial, sendo necessário o cotejo dos trechos que configurem o dissenso, mencionando as circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, ônus do qual não se desincumbiu o recorrente.

4. A alegação genérica de violação à lei federal, enseja deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional, por incidência da Súmula 284/STF.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 607.254/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 19.11.2015, DJe 25.11.2015)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C GUARDA. FIXAÇÃO DE DOMICÍLIO DO FILHO E DO REGIME DE CONVIVÊNCIA COM OS PAIS. GUARDA COMPARTILHADA DISTINTA DA GUARDA ALTERNADA. MEDIDA IMPRESCINDÍVEL AO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A ALTERAÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1699243/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 28.8.2018, DJe 5.9.2018)

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade de justiça concedida.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

